

OS CREDORES, GELANDO O PLANO.

A desconfiança é tanta que eles reduziram os prazos de alguns empréstimos.

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, reafirmou ontem em Brasília que o Brasil vai pagar a parcela de US\$ 500 milhões aos bancos credores na semana que vem. Esse pagamento deveria ter sido feito ontem, mas, segundo o ministro, problemas nos computadores do Banco Central provocaram o adiamento.

Maílson informou que os credores externos chegaram a interpretar como moratória o atraso no pagamento dos US\$ 500 milhões: "Houve um certo nervosismo no mercado, mas depois de alguns contatos que fiz o problema ficou esclarecido", disse o ministro. Para ele, as agências de notícias internacionais deram "interpretações exageradas" às suas afirmações.

Segundo outras explicações dadas ontem no Palácio do Planalto, a suspensão temporária do pagamento não pode ser interpretada como uma "moratória envergo-

nhada", ou coisas do gênero, mas sim como um "sinal amarelo", pelo qual o governo brasileiro põe em alerta os seus credores no exterior, no sentido de que o Brasil corre perigo e que é preciso mudar rapidamente as regras do jogo.

Assessores do presidente Sarney dizem que o atual nível de remessa de juros para o exterior é absolutamente incompatível com os objetivos do Plano Verão pois, a partir do momento em que o País adotou políticas fiscais e monetárias altamente restritivas, terá de compensar isso, em parte, com o aumento de recursos para investimentos.

A compreensão que o governo espera dos credores é no sentido de que assumam uma posição mais flexível no diálogo com o Brasil, aceitando renegociar a dívida em condições mais favoráveis para o País. Um assessor do presidente explicou que, se

houver necessidade, o governo brasileiro mandará ao exterior, para conversar com banqueiros e autoridades, funcionários mais graduados, provavelmente o ministro da Fazenda.

É praticamente certo, por exemplo, que o governo terá que solicitar **waiver** (perdão) ou entrar em negociação com o comitê credor por ter suspenso as operações de **re-lending** (reemprestimo) — cláusula acertada pelo acordo do ano passado — e de conversão da dívida em investimentos.

O secretário de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, considerou ontem natural a reação dos credores pela falta de cumprimento do **re-lending** e pelo cancelamento da conversão. Ao relatar seus contatos com os credores na recente viagem aos Estados Unidos, ele as-

segurou ter havido compreensão dos banqueiros para os problemas que o País enfrenta e que levaram à adoção do Plano Verão.

Para Amaral, o Brasil foi obrigado a centralizar o câmbio no Banco Central pelo atraso nos desembolsos externos previstos para o ano passado, pela acumulação de pagamentos do serviço da dívida e pelo fraco desempenho das exportações este mês, o que é um fato sazonal. O governo, continuou ele, esperava a liberação da primeira parcela do financiamento do Banco Mundial para o setor elétrico, de US\$ 250 milhões (NCz\$ 250 milhões). Os recursos não foram desembolsados e, em consequência, o País não recebeu, também, US\$ 600 milhões (NCz\$ 600 milhões) dos bancos privados, US\$ 200 milhões (NCz\$ 200 milhões) do governo japonês e US\$ 50 milhões (NCz\$ 50 milhões) do FMI.